



**EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES EM
UMA ESCOLA PÚBLICA EM BALNEÁRIO CAMBORIU SC**

**EFFECTS OF EDUCATIONAL PUBLIC POLICIES: THE PERCEPTION OF TEACHERS IN A
PUBLIC SCHOOL IN BALNEAR SC**

Marcelo Reinecke¹, Joici Lilian Rodrigues², Marcelo José Cavalcanti³

RESUMO

Tem como tema as políticas públicas educacionais, com ênfase para o efeito destas em uma escola pública. A temática parte dos questionamentos às efetivas aplicações das políticas públicas e a importância da avaliação dos efeitos a quem são direcionadas. O objetivo geral é “Contribuir para a compreensão das políticas públicas educacionais e seus efeitos na qualidade do ensino público e agregar ao debate questões vividas pelos professores pela institucionalização das ações inerentes a estas políticas”. Os objetivos específicos são coletar elementos e informações que possibilitem análise da realidade educacional e suas dificuldades; analisar se os dados e informações obtidos podem subsidiar políticas públicas e ações educacionais na gestão da educação; propor possíveis soluções a partir dos resultados no que concerne a aumentar a quantidade e qualidade do atendimento nas escolas públicas. Artigo teórico-empírico, realizado inicialmente com a coleta de material bibliográfico e posterior estudo de caso em uma escola pública, com aplicação de questionário formado por perguntas abertas, sendo os dados analisados a partir da metodologia da análise de conteúdo. Nesse interim o artigo traz como resultado a compreensão das políticas públicas educacionais e seus efeitos na qualidade do ensino público e agregar ao debate questões vividas pelos professores pela institucionalização das ações inerentes a estas políticas

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas Educacionais. Escola Pública. Avaliação.

ABSTRACT: *Its theme is public educational policies, with emphasis on their effect in a public school. The theme is part of the questions to the effective applications of public policies and the importance of evaluating the effects to whom they are directed. The general objective is "To contribute to the understanding of public educational policies and their effects on the quality of public education and to add to the debate issues experienced by teachers by the institutionalization of the actions inherent to these policies". The specific objectives are to collect elements and information that enable the analysis of the educational reality and its difficulties; analyze whether the data and information obtained can support public policies and educational actions in the management of education; propose possible solutions based on the results with regard to increasing the quantity and quality of care in public schools. Theoretical-empirical article, initially carried out with the collection of bibliographic material and subsequent case study in a public school, with application of a questionnaire formed by open questions, and the data were analyzed from the methodology of content analysis. In this interim, the article brings as a result the understanding of public educational policies and their effects on the quality of public education and add to the debate issues experienced by teachers by the institutionalization of the actions inherent to these policies.*

KEYWORDS: Educational Public Policies. Public School. Evaluation.

¹ Formado Administração e Especialização em Controle da Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (2012). Atualmente aluno de pós-graduação do IFSC.

² Graduada em Administração UNIVALI e Pedagogia UNOPAR, MBA em Gestão de Pessoas e Gestão estratégica Mestrado em Administração. Atualmente Professora na Faculdade Municipal de Palhoça.

³ Formado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG em Administração, Pós-Graduado em nível de Especialização pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, mestre em Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Doutor em Ciências Sociais Aplicadas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM BALNEÁRIO CAMBORIU SC

Marcelo Reinecke, Joici Lilian Rodrigues, Marcelo José Cavalcanti

1 INTRODUÇÃO

O tema se refere às políticas públicas, temática importante nos dias atuais, devido à necessidade de avaliação, no que diz respeito à efetividade das ações relacionadas às políticas públicas do Estado.

Neste contexto, entende-se sociedade como, (...) um conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos de poder diferenciado, que interagem continuamente, a fim de satisfazer às suas necessidades (RUA, 2014, p.12) (...). Contudo, por vezes, estas ações não são exatamente as proclamadas em documentos, programas ou leis, ocorrendo omissões; descaso; e ineficácia, por parte dos atores públicos, que deveriam promover a efetiva implementação de tais políticas públicas.

Entende-se como atores públicos, (...) aqueles que exercem funções públicas e mobilizam os recursos associados a estas funções, podendo ser os burocratas, que apresentam funções técnicas na gestão pública e os políticos, que exercem mandatos eletivos (RUA, 2014) (...). Neste contexto, a avaliação dos impactos das políticas públicas é de grande importância, tanto ao Governo, quanto a sociedade civil, pois como salientam Ramos e Schabbach (2012), a avaliação de políticas públicas é essencial para o Estado, sendo alvo de estudos, que verificam a eficácia e o

impacto das mesmas em diferentes áreas sociais.

Com base nessas considerações, o tema do presente artigo, se encontra delimitado em relação à área educacional, verificando-se os impactos que as políticas públicas educacionais trazem para uma escola pública, com ênfase a efetividade e efeitos aos atores escolares.

As políticas públicas educacionais, conforme Freire (2019) são as responsáveis pela execução de políticas educacionais, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, a partir do qual surgem ações como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Profissional da Educação – FUNDEB; o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; os quais são as principais políticas implementadas, no sentido de trazer melhorias para o ensino na educação pública.

Neste sentido, o artigo tem como objetivo abrangente contribuir para a compreensão das políticas públicas educacionais e seus efeitos na qualidade do ensino público e agregar ao debate questões vividas pelos professores pela institucionalização das ações inerentes a estas políticas”. Assim, o problema de pesquisa pode ser elaborado da seguinte forma: Quais os efeitos das políticas públicas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ SC

Marcelo Reinecke, Joici Lilian Rodrigues, Marcelo José Cavalcanti

educacionais no Centro Educacional Municipal Presidente Médici do município de Balneário Camboriú – SC. Para atingir tal intento foram utilizados objetivos específicos como: 1º) coletar elementos e informações que possibilitassem análise da realidade educacional e suas dificuldades; 2º) analisar se os dados e informações obtidos podem subsidiar políticas públicas e ações educacionais na gestão da educação e 3º) propor possíveis soluções a partir dos resultados no que concerne aumentar a quantidade e qualidade do atendimento nas escolas públicas.

O artigo aborda as políticas públicas educacionais e seus efeitos na qualidade do ensino público apoiado nas questões vividas pelos professores devido a estas políticas.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

As políticas públicas são fundamentais para os municípios, pois promovem melhorias em diversas áreas sociais, como segurança; saúde; habitação; educação; entre outros.

Ao referir-se sobre as demandas que podem levar ao surgimento de políticas, Rua (2014, p.28), admite que possam ser:

[...] reivindicações de bens e serviços, como saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, normas de higiene e controle de produtos alimentícios, previdência social etc. Ou, ainda, demandas de participação no sistema político, como

reconhecimento do direito de voto dos analfabetos, acessam a cargos públicos para estrangeiros, organização de associações políticas, etc. Ou, demandas de controle da corrupção, de preservação ambiental, de informação política, de estabelecimento de normas para os agentes públicos e privados, etc.

Faz referência à complexidade da vida em sociedade e aos conflitos de interesse existentes com a diversidade de opiniões, de valores, e uma série de assuntos, que perpassam a formulação de uma política pública.

Silva (2017) lembra que as políticas públicas trazem impactos para as pessoas, já que resultam em ações por parte do Estado, com vistas a atender demandas específicas da sociedade, sendo que as políticas públicas educacionais estão relacionadas à educação escolar, promovendo formas de regulação; promoção; orientação; apoio técnico e científico, no que se refere aos sistemas de ensino.

Considera Teixeira (2002), que as políticas públicas educacionais, em relação às suas modalidades, podem ser classificadas quanto aos impactos que levam aos destinatários, como regulatórias; distributivas; e redistributivas, sendo que: regulatórias – definem procedimentos ou regras para regular como os atores devem se comportar, com vistas ao atendimento das necessidades sociais específicas, não tendo o objetivo de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

EFETOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM BALNEÁRIO CAMBORIU SC

Marcelo Reinecke, Joici Lilian Rodrigues, Marcelo José Cavalcanti

trazer benefícios para determinados grupos; distributivas – tem o objetivo principal de promover a distribuição de benefícios específicos, sejam eles individuais ou coletivos, para determinados grupos sociais, sendo que esta modalidade tende a ser instrumentalizada pelo clientelismo; redistributivas – tem a capacidade de redistribuir recursos para determinados grupos da sociedade, com o fim de promover maior equidade, retirando benefícios ou recursos de um grupo, para beneficiar outros grupos, por isso, tende a gerar conflitos.

Rua (2014, p.103), argumenta que “o conflito é uma modalidade de interação social envolvendo indivíduos, grupos, organizações e coletividades. O conflito implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos”, sendo que estes recursos podem ser materiais ou subjetivos, como prestígio social, *status* social, entre outros.

Freire (2019) cita como políticas públicas educacionais do Ministério da Educação – Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que visam melhorias para a educação pública nos municípios, ressaltando que a educação no Brasil foi municipalizada e estadualizada, com transferência de responsabilidades da União para estados e municípios, mas nem sempre há uma distribuição justa dos recursos que

possibilite atender os gastos ligados à educação nas escolas.

Face a isso, nota-se que as verificações dos impactos das políticas públicas educacionais são de grande importância para a educação, pois orientam os sistemas de ensino, regulando e melhorando a qualidade educacional nos municípios, sendo que a seguir discute-se sobre os principais programas relacionados.

2.1 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Trata-se de um fundo criado pelo Governo Federal, com vistas ao financiamento de programas para a educação.

De acordo com Castro (2001), em 1969, a partir da Lei n. 872/1969, surge o FNDE, para captar e promover recursos para financiar programas destinados à educação, nos setores de pesquisa; ensino; transporte e material escolar; alimentação; currículos; e livros didáticos; de acordo com as diretrizes do planejamento educacional, promovendo orientações; apoiando e avaliando resultados de sua implementação; e buscando levar formação cidadã à comunidade escolar, gerenciando importante fonte de recursos, que é o Salário Educação.

Verifica-se que o FNDE é importante no contexto educacional, devido à promoção de recursos para o ensino; material escolar; livros didáticos; entre outros, sendo que



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

EFETOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ SC

Marcelo Reinecke, Joici Lilian Rodrigues, Marcelo José Cavalcanti

os resultados deste programa são avaliados para verificação de seus resultados.

2.2 Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

Se refere a um programa que visa ampliar a qualidade da educação, estando relacionado com um período, no qual buscava-se prioritariamente o desenvolvimento socioeconômico do país.

Neste contexto, Dantas *et al.* (2015), elucida que o PDE, teve origem em 2007, visando atingir a qualidade na educação, a partir do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, sendo composto por 30 ações; apoio financeiro e técnico do Estado, devendo a escola cumprir determinadas metas, havendo a participação dos empresários locais.

Ressalta-se que das 30 ações elencadas pelo PDE, 17 delas são destinadas para a educação básica, como o FUNDEB; e o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (SAVIANI, 2007), sendo que na sequência passa-se a uma breve descrição destes programas, os quais têm a função de trazer melhorias para a educação básica, em relação ao ensino-aprendizagem, profissionais de educação e alunos.

Desta forma, observa-se que o PDE busca melhorias na qualidade educacional, em parceria com os setores empresariais, estando vinculado ao desenvolvimento socioeconômico do país, composto por metas

e ações específicas, que devem ser realizadas pelas escolas.

2.3 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

Foi criado para trazer maior valorização aos profissionais da educação, bem como corrigir desigualdades ligadas a distribuição de verbas para as escolas no Brasil.

Segundo Freire (2019), no ano de 2007, o FUNDEF, que vigorou de 1997 até 2006, foi substituído pelo FUNDEB, que atua a partir da educação infantil até o ensino médio. O FUNDEB passou a dispor de recursos federais, ampliando-se as verbas para a educação básica; diminuindo-se as desigualdades na educação; e aumentando-se o salário dos professores. Contudo, este aumento só existiu nos anos iniciais, visto que após este período, os municípios não dispuseram de recursos suficientes para promover os aumentos exigidos pelo Governo Federal, que obrigava estados e municípios a investir na valorização do professor e manutenção das escolas.

Assim, entende-se que o FUNDEB prometeu a promoção de melhor distribuição dos financiamentos da educação básica, fundindo os recursos estaduais e municipais, ficando a União, responsável em complementar os valores gastos por aluno, caso os estados e municípios não obtivessem verbas suficientes.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

EFETOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ SC

Marcelo Reinecke, Joici Lilian Rodrigues, Marcelo José Cavalcanti

2.4 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Este programa visa trazer mais autonomia para as escolas, no que se refere ao emprego das verbas destinadas a custear as mesmas.

Oliveira e Lima (2015) entendem que o PDDE, teve seu início no ano de 1998, a partir da Medida Provisória n. 1.784, objetivando promover mais autonomia para o emprego, pelas escolas da educação básica, das verbas do programa, junto às suas despesas. O recurso anual é enviado para contas de Associações de Pais, Mestres e Funcionários, conforme o número de alunos de que a unidade dispõe.

Percebe-se que a principal característica do PDDE é a busca pela descentralização, o que resulta em maior autonomia para as escolas, que passam a dispor da possibilidade de verificar suas necessidades e empregar os recursos com mais eficácia e rapidez.

Ao fazer uma crítica ao modelo de descentralização, Rua (2014, p.44), acrescenta:

[...] a transferência de atribuições visando ganhos de eficiência, agora incorpora a dimensão de redistribuição do poder, favorecendo a democratização das relações entre o Estado e a sociedade, mediante novas modalidades de arranjos decisórios – especialmente os conselhos – e novos padrões de acesso aos serviços.

Neste sentido, entende-se que a busca pela descentralização, buscada pelo PDDE ainda se mostra insipiente, devendo haver maior mobilização neste sentido, para que de fato a escola possa se tornar autônoma, colaborando com a qualidade do ensino; transparência e eficácia no emprego das verbas. A seguir, passa-se a uma discussão sobre o PNAE, um programa que trouxe mais garantia de verbas para a alimentação dos alunos na escola, promovendo maior grau de autonomia no que se refere à gestão de tais recursos.

2.5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo promover recursos para a alimentação dos alunos nas escolas.

Para Freire (2019), o PNAE foi criado com o fim de promover melhor gerenciamento na distribuição de verba pública destinada a alimentação escolar dos alunos do ensino básico.

Santos; Costa e Bandeira (2016) definem que o PNAE, diz respeito a um programa suplementar a educação, o qual fornece recursos para a alimentação de alunos das escolas públicas, considerando-se que a alimentação é a base para atingir os objetivos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

EFETOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ SC

Marcelo Reinecke, Joici Lillian Rodrigues, Marcelo José Cavalcanti

do programa, buscando garantir que os alunos recebam alimentação.

Dessa maneira, nota-se que o programa busca a garantia dos recursos para a alimentação dos alunos da escola pública, pois sem uma alimentação equilibrada, não é possível obter um bom rendimento na aprendizagem.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um artigo teórico-empírico e inicialmente efetuou-se a coleta e análise de material bibliográfico, para em seguida, realizar-se um estudo de caso.

Com relação à abordagem, esta pesquisa caracteriza-se pela utilização de duas perspectivas de enfoque dos objetos, a saber, a qualitativa. A abordagem qualitativa foi utilizada por meio dos questionários abertos aplicados pelos autores aos discentes. Com relação à abordagem quantitativa, se refere a análise de conteúdo dos participantes da pesquisa.

A abordagem qualitativa, conforme Bogdan e Bilken (1994), envolve a coleta de dados descritivos em relação ao fenômeno investigado, dando-se mais ênfase ao processo de constituição do que o produto final obtido com a pesquisa.

O presente artigo também é definido, de acordo com seus objetivos, como descritivo, quanto aos procedimentos, como bibliográfico

e documental, sendo que desta forma foi realizada uma pesquisa bibliográfica que, conforme Lakatos e Marconi (2003), consiste no levantamento de bibliografias sobre um assunto, buscando explicar um problema, a partir de referências teóricas. Neste sentido, este trabalho faz uso também da metodologia estudo de caso, que de acordo com Yin (2015), possibilita fornecer explicações, no que tange diretamente ao caso considerado e elementos que lhe marcam o contexto. Os sujeitos da pesquisa são identificados pelos 10 professores do Centro Educacional Municipal Presidente Médici do município de Balneário Camboriú – SC.

Para analisar os dados foi empregada a metodologia da análise de conteúdo, que segundo Bardin (2006), se refere a uma técnica de análise das comunicações, que usa procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, obtendo-se conhecimentos em relação às condições de produção e recepção, recorrendo-se a indicadores, quantitativos ou não. Assim, a partir das falas dos respondentes, foram formadas categorias que evidenciam os destaques referentes aos efeitos das políticas públicas na escola participante da pesquisa.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ SC

Marcelo Reinecke, Joici Lilian Rodrigues, Marcelo José Cavalcanti

Os dados coletados com a aplicação do questionário foram organizados a partir da técnica da análise de conteúdo, a qual, conforme Bardin (2006), consiste em verificar a ocorrência de repetições de palavras com bastante frequência, perante as falas dos pesquisados, o que leva a uma compreensão do pensamento dos sujeitos, por meio do conteúdo apresentado no texto, sendo que estas repetições expressas nos quadros a seguir, são denominadas “temas”, e os exemplos de respostas são agrupados nas seguintes categorias:

Categoria 1: Entendimento do papel do FNDE.

Categoria 2: Entendimento do FUNDEB.

Categoria 3: Percepção da efetividade do desempenho do FNDE e FUNDEB.

Categoria 4: Conhecimento da implementação do FUNDEB na escola.

Categoria 5: Suficiência das verbas da educação básica.

Categoria 6: Entendimento sobre o PNAE.

Categoria 7: Funcionamento do PNAE.

As categorias são apresentadas nos quadros 1 a 7, as respostas serão identificadas pela letra P os respondentes da categoria professores aparecem identificados como:

EP1, EP2, EP3, EP4, EP5, EP6, EP7, EP8, EP9, EP10, preservando, desse modo, a identidade dos entrevistados. Sendo que o quadro 1, apresenta a categoria 1 e exemplos

de respostas obtidas em relação a seguinte pergunta: “Em seu entendimento, qual o papel do FNDE?”



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM BALNEÁRIO CAMBORIU SC

Marcelo Reinecke, Joici Lillian Rodrigues, Marcelo José Cavalcanti

Quadro 1 – Categoria 1: Entendimento do papel do FNDE

TEMA	Distribuição da Ocorrência de Respostas
Papel do FNDE no que concerne o suporte financeiro?	[...] oferecer suportes financeiro e técnico para os municípios, buscando a melhoria da qualidade da educação [...]” P3. [...] Dar suporte financeiro e técnico para os municípios, tendo em vista a melhor qualidade da educação [...] P5. “Fornecer suporte financeiro para as instituições de ensino para fins de melhoria na qualidade da educação”.
Papel do FNDE no que concerne a distribuição dos Recursos?	[...] O papel do FNDE é a obtenção de recursos que tem o objetivo de realizar o financiamento de programas educacionais [...] P1. [...] captar recursos para financiar o ensino e pesquisa [...] P3. [...] promover recursos para o ensino, como livros, materiais escolares, merenda [...] P7.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Se constata, a partir do Quadro 1, que os respondentes entendem que o FNDE tem, principalmente, o papel de promover recursos financeiros para a educação. Ao referir-se sobre o FNDE, Castro (2001), afirma que este tem o papel de promover a captação de recursos financeiros para financiar projetos e

programas ligados a educação, em relação a áreas como alimentação, material escolar, ensino, planejamento, entre outros.

O Quadro 2, apresenta as respostas relacionadas ao questionamento sobre o entendimento dos respondentes, no que se refere ao FUNDEB.

Quadro 2 – Categoria 2: Entendimento do FUNDEB

TEMA	Distribuição da Ocorrência de Respostas
Papel do FNDE no que concerne Valorização do professor.	[...] Analisar e distribuir recursos para a valorização do professor e manter a educação básica[...] P5. [...] Busca a valorização dos professores através da distribuição de recursos[...] P8. [...] O FUNDEB tem o objetivo de promover maior valorização dos profissionais da educação [...] P10.
Papel do FNDE no que concerne Educação Básica.	[...] Fundo destinado a manter e desenvolver a educação básica [...] P1. [...] Entendo que o FUNDEB tem o papel de distribuir com justiça os recursos financeiros da educação básica [...] P3. [...] Realizar ações para a educação básica [...] P9.
Papel do FNDE no que concerne Melhoria da educação.	[...] Fundo financeiro destinado à melhoria da educação no país, através de incentivos na comunidade escolar[...] P7. [...] Visa trazer melhorias para a educação pública [...] P1. [...] Tem o papel de melhorar a educação pública nos municípios [...] P2.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM BALNEÁRIO CAMBORIU SC

Marcelo Reinecke, Joici Lilian Rodrigues, Marcelo José Cavalcanti

Observa-se no Quadro 2, que segundo os respondentes, FUNDEB, tem como papel, valorizar os professores, sendo direcionado para a educação básica, buscando trazer melhorias para a educação pública nos municípios brasileiros. Como informa Freire (2019), a atuação do FUNDEB, é desde a educação infantil até o ensino médio,

realizando a distribuição de recursos financeiros para melhorar a remuneração dos professores, bem como a qualidade da educação.

Na terceira categoria, são expostas as percepções dos respondentes, no que diz respeito à efetividade do desempenho do FNDE e FUNDEB na escola onde atuam.

Quadro 3 – Categoria 3: Efetividade do desempenho do FNDE e FUNDEB na escola.

TEMA	%	Distribuição da Ocorrência de Respostas
Sim	30%	[...] existem conselhos criados especificamente para esse fim[...] P2. [...] efetivamente[...] P1. [...] há pessoas que cuidam desta área[...] P7.
Não	70%	[...] De forma efetiva acho que não, pois pode melhorar [...] P5. [...] Creio que determinadas ações não são efetivas, principalmente no que se refere à valorização dos profissionais da educação [...] P7. [...] Acho que não, pois tenho conhecimento de que algumas escolas cujas os recursos do município não são suficientes [...] P8.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Nota-se no Quadro 3, que apesar da pesquisa focar em uma escola, existem visões diferenciadas sobre se o FNDE e o FUNDEB têm desempenhado seus papéis de forma efetiva na escola onde os respondentes atuam, o que denota a necessidade de avaliações mais precisas sobre estes programas.

Para Ramos e Schabbach (2012, p.1272), “a avaliação é um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle social sobre a efetividade da ação do Estado”, sendo que a divulgação destas avaliações pode trazer

maior entendimento aos profissionais de educação, sobre a efetividade de políticas públicas.

A quarta categoria evidencia o conhecimento dos respondentes acerca da implementação das políticas relacionadas ao FNDE e FUNDEB na escola onde atuam, sendo questionado se os mesmos tinham conhecimento de como estas políticas foram implementadas em sua escola e se sim, que descrevessem esta implementação.

Quadro 4 – Categoria 4: Conhecimento da implementação do FNDE e FUNDEB na escola



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA
EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ SC

Marcelo Reinecke, Joici Lilian Rodrigues, Marcelo José Cavalcanti

TEMA	%	Distribuição da Ocorrência de Respostas
Sim	60%	[...] Através do novo plano de carreira do magistério[...] P2. [...] Foram através do novo plano de carreira da educação[...] P5. [...] Sim. Por meio da alimentação e livros didáticos[...] P4.
Não	40%	[...] Percebi melhorias relacionadas ao FUNDEB e FNDE na escola[...] P3. [...] tenho conhecimento sobre como foram implementadas na escola onde atuo, pois não faço parte dos conselhos [...] P8.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Evidente destacar que no Quadro 4, os principais temas encontrados nas respostas dos participantes da pesquisa são “Sim” e “Não”, evidenciando novamente a discordância entre os membros de uma mesma escola.

O Quadro 5 apresenta algumas respostas obtidas quando feita a seguinte pergunta aos respondentes da pesquisa: “Você acha que as verbas para políticas públicas destinadas a educação básica são suficientes?”

Quadro 5 – Categoria 5: Suficiência das verbas para a educação básica

TEMA	%	Distribuição da Ocorrência de Respostas
Não	70%	[...] porque as verbas não são suficientes para manter as unidades de ensino[...] P1. [...] deveria melhorar a distribuição de renda [...]P4. [...] Em alguns setores como transporte e material escolar existe muita precariedade[...]P7.
Sim	30%	[...] podem ser suficientes apenas para evitar o sucateamento das escolas, se bem que já ouvi falar de escolas em situação bem precária [...] P10. [...] suficientes para a manutenção básica, mas deve haver melhorias mais significativas [...] P9.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Como pode-se observar no Quadro 5, foram encontradas insatisfações no que se refere à suficiência das verbas destinadas à escola, sendo que aqueles que responderam “sim”, são suficientes, o fizeram com algumas ressalvas específicas.

Nos dizeres de Barone (1999), ações para implementar reformas na educação são oriundas de decisões políticas, articuladas para diferentes cenários, sendo que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), dispõe que deve

haver flexibilidade na organização do ensino. Mas na prática, a interferência do governo no financiamento para a educação, não colabora com a efetiva descentralização do ensino fundamental, fazendo com que ocorram ineficiências na transferência de verbas advindas do FUNDEB. Sobre a sexta categoria, esta se refere à verificação do entendimento dos respondentes sobre o PNAE. O Quadro 6 mostra as respostas referentes a esta categoria.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ SC

Marcelo Reinecke, Joici Lilian Rodrigues, Marcelo José Cavalcanti

Quadro 6 – Categoria 6: Entendimento sobre o PNAE

TEMA	Distribuição da Ocorrência de Respostas
Papel do PNAE no que concerne alimentação escolar.	[...]é um programa complementar a educação, que objetiva fornecer alimentação escolar para os alunos de toda a rede de ensino matriculados em escolas públicas [...]P4. [...] é o programa responsável pela merenda (alimentação escolar) ”. “Órgão do governo que cuida da alimentação escolar[...] P3.
Papel do PNAE no que concerne merenda.	[...] Programa do Governo para garantir a merenda nas escolas[...]P2. “O PNAE dá mais autonomia para a escola gerir os recursos destinados à merenda escolar, o que é um fator importante para escola”. [...] creio que é um programa governamental que visa à garantia da merenda escolar e mais liberdade para as escolas gerir estes recursos[...]P8.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Constata-se no Quadro 6, que todos os respondentes entendem que o PNAE, apresenta função relacionada à alimentação ou merenda escolar.

Como informa Freire (2019), este programa promove maior contribuição no que se refere à distribuição das verbas relacionadas à alimentação dos alunos de escolas públicas, sendo que é a partir do PNAE, que o FNDE realiza a transferência de recursos para complementar as necessidades dos municípios em relação à alimentação nas escolas. Acerca da sétima categoria, trata-se do funcionamento do PNAE, na visão dos respondentes, sendo questionado da seguinte forma: “Na sua opinião ele (PNAE) funciona adequadamente”.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Para responder o problema de pesquisa, foi elaborado o objetivo geral (...) contribuir para a compreensão das políticas públicas

educacionais e seus efeitos na qualidade do ensino público(...), dessa forma compreender as políticas educacionais como ações do Estado que linearmente mobilizarão as pessoas para que alcancem os objetivos da política, sem considerar as condições subjetivas configuradas em cada realidade social, mostrou-se ineficaz. Bem como ao tentar compreender o campo das políticas públicas, se pode identificar que a metodologia para produção das políticas ainda está vinculada às pressões de grupos organizados da sociedade que, embora desejem mudanças profundas na qualidade da educação, não sabem, muitas vezes, como se organizam as tramas produzidas em diferentes espaços da escola.

Dessa forma no encadeamento de objetivos foram elaborados os seguintes objetivos específicos: 1º) coletar elementos e informações que possibilitassem análise da realidade educacional e suas dificuldades; 2º) analisar se os dados e informações obtidos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ SC

Marcelo Reinecke, Joici Lillian Rodrigues, Marcelo José Cavalcanti

podem subsidiar políticas públicas e ações educacionais na gestão da educação; 3º) propor possíveis soluções a partir dos resultados no que concerne aumentar a quantidade e qualidade do atendimento nas escolas públicas.

Em relação ao primeiro objetivo específico, os dados apontam para problemas graves na eficiência do ensino oferecido pelas redes de escolas, assim como também é a realidade Brasileira. Em face de tal realidade, o governo federal e muitos governos estaduais e municipais têm empreendido esforços para reverter esse quadro utilizando programas proporcionam inferências relevantes com relação às aprendizagens dos estudantes e à análise da eficácia das ações de melhoria da qualidade de ensino implantadas. Apesar dos avanços alcançados, muitos obstáculos ainda precisam ser alcançados, principalmente em um país no qual possui a quinta maior população mundial, com desigualdades profundas no que se referem à formação e acesso à cultura, educação e uso de novas tecnologias.

No que diz respeito ao segundo objetivo específico, que se refere, pode-se concluir que em relação às políticas públicas (FNDE, FUNDEB, PNAE e PDDE), os professores entendem que o primeiro tem o papel de promover recursos para a educação e o segundo de valorizar os professores e ambos são

direcionados a educação básica para melhorá-la, sendo que em relação ao PNAE, a maioria acredita que funciona bem e não há falta de merenda e acham que a evasão escolar é devida ao turismo e falta de envolvimento da escola com a comunidade, afirmando ainda que a escola não sofre sucateamento, mas consideram indignos os salários recebidos, acreditando que o PDDE é um programa importante.

Referente ao terceiro objetivo específico que foi “Propor possíveis soluções a partir dos resultados no que concerne aumentar a quantidade e qualidade do atendimento nas escolas públicas”, pode-se dizer que existe a necessidade de avaliações mais precisas sobre estes programas, haja vista que a maioria acredita que as verbas são insuficientes, afirmando que a escola onde atuam no momento não sofre sucateamento, mas há necessidade de melhorias para que este não ocorra e acreditam que estes programas não têm agido de forma efetiva. Convém destacar que este trabalho não esgotou o assunto, sendo necessário que novos estudos sejam realizados, no intuito de se entender com maior profundidade, as visões dos professores acerca do desempenho efetivo do FNDE e do FUNDEB.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ SC

Marcelo Reinecke, Joici Lilian Rodrigues, Marcelo José Cavalcanti

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2015.

BRASIL. Decreto-lei 872/69 de 15 de setembro de 1969. Entendendo o salário-Educação, 1998. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/salario-educacao/sobre-o-plano-ou-programa/entendendo-o-salario-educacao>. Acesso em: 10 maio. 2019.

BRASIL. **FNDE:** o Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília: FUNDEB, 2012. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>. Acesso em: 10 maio. 2019.

BRASIL. **Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.** BRASÍLIA, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/financiamento-estadual/dinheiro-direto-na-escola>. Acesso em: 10 maio. 2019.

BOGDAN, R. C.; BILKEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRAGA, M. V. A. **O controle social da educação básica:** a atuação dos conselheiros do FUNDEB. 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2011.

CASTRO, J. A. **Avaliação do processo de gasto público do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).** Brasília: Planejamento e Políticas Públicas, 2001.

COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Rev. Adm. Pública**, 2008, v. 42, n. 5, p. 829-874.

CHAIER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, 2011, v. 7, n. 7, p. 251-266.

DANTAS, E. A.; SILVA, C. D.; CARDOSO, N. L.; SILVA, S. L.; CARBONESI, M. A. R. **Compreendendo o plano de desenvolvimento da educação (PDE) na perspectiva da análise do discurso.** Educere, 2015, p.1-10.

FREIRE, A. N. As políticas públicas de educação no Brasil recente: um novo olhar sobre a educação do município de Ruy Barbosa. **Revista Hipótese**, v. 5, n. 1, p.2-12, 2019.

RAMOS, E. M. Faust. **O papel da avaliação educacional nos processos de aprendizagem autônomos e cooperativos** Florianópolis: Editora de UFSC, 2012.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Izabel. **O Estudo da Política:** Temas Selecionados. Brasília: Paralelo 15, 2014.

SANTOS, Inalda Maria dos. Política de financiamento da educação e participação da comunidade na gestão da escola. **RBPAE**, v. 2, n. 2, p. 315-329, jul./dez, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/viewFile/18887/11001>. Acesso em: 28 jun. 2019.

SAVIANI, D. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 130, jan./abr, 2007.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação é um direito.** São Paulo: Editora Nacional, 2012.

YIN. R. K. Estudo de caso: **planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.